

Harold B. Johnson, Jr.
University of Virginia

Para um modelo estrutural
da freguesia portuguesa
do século XVIII

Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa,
em Novembro, 11, 1985

Copyright 1985 © Harold B. Johnson, Jr. All rights reserved. Printed in the United States of America. Except as permitted under the United States Copyright Act of 1976, no part of this publication may be reproduced or distributed in any form or by any means, or stored in a data base or retrieval system, without the prior written permission of the copyright holder.

Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII

Estou aqui hoje não para apresentar os resultados acabados de uma pesquisa de longa duração, ou o rascunho de uma monografia de grandes dimensões, mas sòmente para compartilhar convosco algumas ideias que recentemente me vieram á mente enquanto trabalhava com alguma documentação paróquial----ideias, espero, que possam contribuir para a elaboração de um modelo estrutural da freguesia portuguesa à longo do século XVIII.

O recente surto de interesse pela história social em Portugal, algo que já tinha começado, como todos sabem, antes da Revolução de '74, mas que indubitavelmente tem ganho peso desde então, finalmente chegou à paróquia como um possível foco de estudo. A história da freguesia portuguesa, no entanto, entrou, por assim dizer, pela porta do cavalo. Quer dizer, resultou do interesse ou fascínio mais por documentos de um certo tipo em vez de ter nascido de um interesse na freguesia como totalidade social.

Todos nós conhecemos os óptimos resultados que Louis Henry e os seus colegas mostraram ser possíveis na história demográfica através da utilização dos

registos paróquiais de baptismos, casamentos e óbitos; mais recentemente, historiadores começaram a desenterrar e editar muitos do numero tão vasto de visitas diocesanas que nos dão tanta informação a respeito do comportamento social ou (talvez melhor) duvidoso comportamento social dos fregueses dos séculos XVIII e XIX. Mas esta documentação, parece-me, muitas vezes tem sido estudado mais como um fim em si mesmo que como um meio através do qual se pode chegar a uma compreensão da freguesia como sociedade. Abordar-se a freguesia pelo lado das visitas é, num sentido, pôr o carro à frente dos bois. Os dados, quer dizer, a informação social contida nas visitas só adquire o seu sentido completo quando no contexto da organização da freguesia enquanto conjunto. E para este fim, o tipo de documento mais útil e fundamental parece-me o Costumeiro ou “Livro de Usos e Costumes” que, quando seja bem elaborado, dá um retrato muito fiel da organização institucional da freguesia. Quer dizer, um estudo adequado do Costumeiro conduz, inevitavelmente (penso eu) ao desejo de ver e compreender a freguesia como um TODO, quer dizer uma pequena sociedade total numa perspectiva parecida àquela utilizada pelos antropólogos sociais. Chega assim à um tipo de "antropologia social retrospectiva" da comunidade paróquial.

Como sugeri anteriormente, uma das razões desta preferencia para visitas em vez dos Costumeiros foi indubitavelmente o pequeno numero destes. Poucos tem entrado nos arquivos públicos (contei só três, que eu saiba, na Torre do Tombo, e talvez um numero igual no Arquivo Distrital do Porto).

Muitos deles, sem duvida, perderem-se. Estes códigos locais, por assim dizer, não interessaram as autoridades episcopais tanto como os livros das visitas, e é só por acaso que se encontram nos arquivos episcopais ou diocesanos. Por isso, a sua catalogação e preservação parecem-me uma tarefa muito urgente. Mas lá iremos.

Actualmente, tenho conhecimento de só três Costumeiros publicados: um pelo Sr. Padre Sousa Araújo num bom estudo da paróquia de Parada de Gatim; outro pelo Sr. Padre Bernardo Pinto da paróquia de Paterne, e o meu, como apêndice do artigo que escrevi sobre a freguesia de Alvarenga, perto de Penafiel. Tenho em mãos outro de Santa Margarida de Lousada no Minho e mais dois em cópia manuscrita referentes as freguesias de Faia e Jarmelo no diocese da Guarda. Esta curta enumeração torna claro que a maioria destes documentos conhecidos vem da região do Minho e da Beira, e portanto o modelo que vou esboçar é essencialmente um modelo nortenho, porventura Minhoto, em vez de um modelo nacional, e terá de ser revisto no futuro à medida que os nossos conhecimentos avançarem, região a região. É muito provável que houvesse vários tipos de freguesia no Portugal antigo, e que esta variação seja uma das chaves essenciais para a compreensão da sociedade portuguesa no século XVIII. Devo acrescentar também que na região do Minho existe também outro tipo de documento, muito informativo, sobre a freguesia---o Estatuto da Confraria do Subsino. Este completa num certo sentido o que está escrito no Costumeiro e por isso pode ser utilizado para alargar a nossa base documental.

Ora, de todos os Costumeiros que tenho examinado, talvez o mais útil seja aquele que diz respeito a pequena freguesia de Alvarenga no Minho, no concelho de Lousada, perto de Penafiel. Desta freguesia foram também preservados os Estatutos da Confraria do Subsino e assim temos duas fontes conjuntas que permitem uma visão invulgarmente completa da organização institucional de uma freguesia. Por isso será o exemplo principal para a elaboração e para obter material complementar. Posso também acrescentar que devido ao seu tamanho reduzido, Alvarenga tem a vantagem de ser simples. Eu subscrevo a crença tradicional da antropologia social que insiste na relação estreita entre o simples e o fundamental ou básico. Gostaria de sugerir que se podermos compreender a estrutura duma freguesia pequena e simples, isso seria o melhor ponto de partida para a elaboração de modelos mais complexos no estudo de freguesias maiores, tais como as Sés Catedrais, ou freguesias urbanas.

Qual o primeiro passo para constuir um modelo da estrutura desta freguesia hipotética? Por mais surpreendente que possa parecer, penso que a melhor via é através da própria fabrica da igreja paróquial, e a esse respeito seria uma vantagem ter a futura colaboração dos historiadores de arte e arquitectura. A igreja em si, para além de ser uma casa protegida pelo santo padroeira da paróquia, é como que um diagrama monumental e visível dos sectores fundamentais da freguesia. Quais são eles?

A fabrica da igreja (e para esclarecer isso temos as vezes um tipo de documento chamado o “fabriqueiro”) era dividida efectivamente em três partes, e cada parte correspondia a um dos sectores primários da sociedade paróquial.

Estes foram (1) o coro e a capela-mor que tinha como foco o altar-mor, quer dizer todas as partes da igreja em que o "sacro" predominava, por assim dizer, e que ia desde o arco até o altar e capela-mor. Para esta parte o pároco era o responsável, talvez quase o "dono". (2) Segundo, aquela parte da igreja que ia do arco para baixo até o adro ou átrio---por outras palavras, a nave que era o sector que pertencia à comunidade e era mantido por esta; este sector tinha como pontos fulcrais o campanário com os seus sinos que eram o símbolo da solidariedade comunitária e o adro onde normalmente se reuniam os fregueses para tratar de assuntos comunitários. (3) Terceira e última, o número variável de confrarias ou irmandades que combinaram em subsectores, por assim dizer, elementos de categorias um e dois---minúsculas freguesias, com efeito. Estas confrarias mantinham vários altares colaterais ou capelas subsidiárias que formavam a terceira parte da fábrica. Se tivesse de fazer um desenho esquemático, pensaria num círculo com uma linha ao meio. A parte superior para representar o pároco com o seu altar-mor, e a parte inferior a comunidade do povo, i.e., toda a freguesia menos o padre. Uma foi o contrapeso à outra. É interessante que ali e ali aparecem documentos em que o padre assume a responsabilidade ou pela igreja na sua totalidade ou pela maior parte dela. Isso com certeza representou uma situação de excepção, e normalmente demanda uma explicação: ou a comunidade era tão pouco numerosa para tomar conta da nave, ou pobre demais para o fazer. Então o controlo ou responsabilidade do pároco expandiu-se no vácuo deixado pela comunidade fraca. Por exemplo, um documento do Cabido da Sé de Viseu, que diz respeito a freguesia de São Thiago de Trancozo diz, "São os abbades obrigados a

compôr e fabricar de tudo o necessário a esta Igreja Matris, assim capela-mor, *como o corpo da Igreja* (italicos meus) porque os fregueses, sendo poucos, não tem obrigação nenhuma.” De outro documento da paróquia de Santa Margarida de Lousada no Minho perto de Penafiel se lê, “...dei (é o padre que fala) eu em dinheiro do meu, oitenta mil reis de esmolla para pintar a Igreja e tudo o que era dos fregueses do arco para bayxo, por serem pobres.” Estas situações foram vistas conscientemente pelos contemporâneos como excepcionais, e estas freguesias foram, num sentido, assimétricos, desvios da norma. Em qualquer caso, pode dizer-se que o que não havia o povo havia o padre, e penso que igualmente, o que não havia o padre, havia o povo.

Esta situação, obviamente, sugere uma certa tensão entre a comunidade e o pároco; e é justamente esta tensão que muitas vezes produziu os Costumeiros. No final dum documento da freguesia de Alvarenga, lê-se que uma vez redigido, “...ficarem sesando todas as dúvidas, e demandas que neste particular tem havido.” Igualmente na paróquia de Santa Margarida, depois de redigir os costumes, o pároco pediu os oficiais para os assinar, mas eles recusarem em razão de alguns capítulos: “... e que não assinavam sendo que há quarenta e um anos que estou de posse desta igreja.” Também penso que foi esta situação de tensão que deu à monarquia dos séculos XVIII umas das suas oportunidades de intromissão nos assuntos diocesanos. Por exemplo, no Costumeiro de Santa Margarida encontramos copiado um decreto real de 8 de março de 1715 que reza em parte, “...Mandando Considerar os meys mais efiquazes, ...por evitarem queixas et vexames que alguns parochos deste Reino fazem a seus fregueses sobre a

matéria dos sofragios que se devem fazer pelas almas dos que morrem... et a vista do que se me representou em varias consultas, ... e porque necessitam de remédio as violencias et vexacoes que alguns parrocos sobre esta materia que he propria de sua obrigação e da Justiça e pas de bem procurar aya entre os parocos e seus freguesas de suas Diocezes...castigando severamente aos Parrecos que excederem os emolumentos dos sufrágios et funerais dos defuntos e os usos e costumes que forem justos e estiverem legitimamente consentidos e aprovados...et que quando não aja toda a emenda que espero usarei dos meyoos que por direito me sam permitidos usar para susgeo do bem publico e para Librar os meus vasallos das violencias que padecem.” Talvez seja nesse contexto que as visitasões, um tipo de documentação bem interessante e actualmente muito em voga, possam fornecer alguma luz sobre a intervenção real nos assuntos diocesanos no século XVIII. É certo que se a Coroa tendia a apoiar a comunidade contra o padre, então a visitação episcopal com a sua incitação a denúncias mútuas entre os fregueses teria uma tendência contrária de diminuir a coesão da comunidade e assim, ainda indirectamente, aumentar o poder do pároco.

Portanto, penso que devia e podia estudar em profundidade a figura do padre. Embora já haja estudos válidos sobre bispos e altos eclesiásticos em Portugal, há uma falta de estudos do padre como tipo --- o pároco em geral, assim dizer. Para isso há documentação abundante, incluindo alguns manuais para párocos (tanto em latim como no vernáculo) --- livros de mão explicando como dirigir uma paróquia. Com estes fontes e sem muito esforço, se poderiam escrever

algumas monografias sobre a figura do pároco no Portugal setecentista e oitocentista.

Tal monografia podia investigar com certa profundidade as facetas várias do lugar do padre na freguesia e explicar como isto foi modificado por influências do exterior vindas tanto da autoridade episcopal como de poder real. Porque o padre era mais que uma figura religiosa; a comunidade tinha de recorrer a ele para impôr as suas regras e multas; ao mesmo tempo ele era um senhor local que recebia direitos “feudais” do povo numa maneira parecida aos senhores leigos. A maioria dos livros de usos e costumes escreveram-se justamente para regulamentar os direitos do pároco. Se quisermos ter uma ideia dos rendimentos ou direitos dum padre, escolhido ao acaso, aqui há o que recebeu o da Penha Longa, (perto de Marco de Canavezes) em cada ano; (1) tinha pagamentos em moeda ou géneros por (a) cada criança baptizada, por cada casamento, e por cada pessoa que morreu (nesse caso o pagamento se ajustava conforme o estado civil do defunto e parece ter sido muito lucrativo, crianças nascidas mortas não foram excluídas); a morte também dava rendimentos contínuos vindo das missas sucessivas que o padre rezava para as almas dos defuntos; aqui o padre gozou dum exclusivo --- ninguém podia dizer missa dento da sua jurisdição sem a sua permissão. Em Penha Longa ele também tinha cada ano no dia de Sam Miguel em setembro uma quantidade generosa de pão e vinho de cada fogo. Estes direitos teriam variado, certamente, de paróquia a paróquia --- umas mais lucrativas que outras. Seria interessante saber algo dessa variação, numa escala regional e nacional.

Agora, deixando os padres de lado, vamos para a segunda parte da paróquia, a parte do povo. Qual a organização desta comunidade, a sua estrutura interna, os seus responsáveis? Aqui, infelizmente, os Costumeiros nem sempre nos dizem tanto desejamos saber --- muitos destes assuntos só se mencionam de passagem. Por outro lado, algumas destas freguesias também possuíam Estatutos da Confraria do Subsino, como era o caso de Alvarenga, e estes servem para confirmar a informação que temos com respeito à organização da freguesia escrita no Costumeiro.

I : Cidadania na freguesia. Como era possível entrar na freguesia como “cidadão?” Quais os seus limites humanos? Primeiramente, mencionamos a via mais obvia --- pelo nascimento, que conferiu cidadania automática. Todos os outros eram “estrangeiros”, a palavra usada para todas as pessoas nascidas fora da freguesia. A segunda via foi a imigração e naturalização. Muitos, talvez a maioria, dos imigrantes vieram para casar. Para permanecer na freguesia e gozar plenamente dos seus direitos era necessário tornar-se membro da Confraria do Subsino, ou como foi chamado alternativamente debaixo do seu aspecto funerário, a Confraria da Cera, pagando todos os impostos locais. Deu-se em Alvarenga 20 dias depois de imigrar para entrar no Subsino; se a pessoa demorar mais tempo pagava uma multa ao Subsino. Depois de ter passado um ano e um dia, se o novo membro tinha satisfeito todos os deveres da freguesia, conseguia cidadania permanente.

II. Organização chave: A Confraria do Subsino. Quais foram as funções desta Confraria do Subsino (ou Cera); como estava organizada? Essencialmente,

tinha o dever de representar a comunidade face ao mundo exterior e também face ao pároco do lugar. Portanto, em si mesmo considerou-se como uma corporação no sentido legal do termo. Isso expressa-se por frases que aparecem nos documentos, tais como “... todos em hum corpo entre sy acordem o que melhor lhe conbem.” E noutra passagem, “... estando todos em um corpo.” Daqui advém que os administradores do Subsino por si não podiam legislar ; a constituição, por assim dizer, da confraria podia ser alterada apenas pela assembleia de todos os membros onde o voto majoritário decidiu. Como corporação, a confraria também podia responder perante a lei, e nesse caso, as suas despesas legais teriam de ser pagos pela comunidade.

Todos os moradores da paróquia tinham de pagar os impostos da confraria, chamados “fintas” em Alvarenga, ou “anuais” em Lagares. Cada um pagava conforme a sua riqueza, e também havia penas pelo não-pagamento. Em troco, os membros tinham vários direitos. Este podem ser divididos em três categorias gerais : (1) cerimónias fúnebres; (2) assistência mutua; e (3) participação nas festividades religiosas.

1. Começamos com as cerimónias fúnebres. Aqui é importante levar em conta que a freguesia estendeu-se não só no espaço, mais também no tempo. Ainda que não se dissesse por palavras, a freguesia, é claro, compunha-se não só dos vivos, mas também dos mortos. A comunidade foi, por assim dizer, a totalidade das pessoas que jamais tinham vivido no lugar; da comunidade, os mortos recebiam não só sepultamento conveniente e as missas do corpo presente no enterro, mas também missas teoricamente para sempre a “bem de sua alma.”

Num sentido, com estas cerimónias, a freguesia definia-se como um todo coeso ; a experiência de perder um membro vivo da sociedade dava a oportunidade de restabelecer e reafirmar a sua solidez, e isso explica em grande parte a elaboração das cerimónias fúnebres. Estas cerimónias também forneceram ao pároco muito do seu rendimento, que foi, as vezes, considerado um abuso. A este refere o documento régio que fala dos “... Parrecos que excederem os emolumentos dos sufrágios et funerais dos defunto...”

2. Agora com respeito da assistência mutua, nem os Costumeiros nem os Estatutos do Subsino nos dizem muito. Em Lagares, por exemplo, só diz “... sendo tão pobre que seja necessário acudir-lhe por conta da confraria, o poderem fazer o juiz e emleitos, como lhe parecer.” É provável que no dia a dia, qualquer necessidade fosse suprida primeiro pelos parentes e a família no sentido lato; a freguesia era só o ultimo recurso, se os outros apoios faltavam.

3. Mais importantes que a assistência social, parece, foram os “clamores” ou “votos” que representam um meio para a freguesia se definir em contraste com as freguesias vizinhas. Também forneceram a maior parte do pouco divertimento organizado que existia nestes sítios e tomarem o lugar do que hoje em dia é o enorme “entertainment industry” (nada a desprezar). Variável no seu numero, os clamores eram, por assim dizer, romarias de um só dia, ou a vezes menos, indo a uma freguesia vizinha para celebrar o dia dum santo regional. Em muitos casos pode-se determinar o raio médio destes clamores que dá também a zona de influencia da freguesia. No caso de Alvarenga, por exemplo, oito kilometros era a mais longa destas romarias.

Num sentido funcional, no entanto, os clamores surgem através doutro prisma. Em muitas destas freguesias nortenhas com populações reduzidas e territórios pequenos, era necessário escolher conjuges que não pertenciam á mesma comunidade para evitar problemas de consanguinidade ou casamentos proibidos pela Igreja. Assim os clamores davam oportunidades para a juventude conhecer conjuges de freguesias vizinhas. Os clamores foram fortemente carregadas de tons sexuais e ha indícios que foram mal vistos tanto pelo Igreja como pelo pároco local. Na verdade, eram a expressão principal do que se pode chamar a “religiosidade leigo” e assim uma forma ameaçadora da solidez comunitária face ao pároco. Embora fosse costume o pároco acompanhar os clamores, para dizer missa, e dar um tom religioso ao voto, é bem evidente que a sua participação era cheia de conflitos e muitas vezes incerta.

Os clamores também nos levam a abordar outro tópico importante na organização destas freguesias; isto é o modelo de casamento. Este assunto precisa um estudo profundo, que felizmente parece estar em vias de se fazer. Deixam-me dizer sómente que através dumas poucas sondagens que fiz, encontrei no Minho una tendencia clara para casamentos entre mulheres “locais” e homens vindos de fora; enquanto no Alentejo, parece ter sido diferente. No Minho as mulheres ficavam no lugar de nascimento, enquanto os homens circulavam e casavam. Empregando uma metáfora da natureza, pode-se encarar as mulheres como flores radicadas na terra onde nasceram, enquanto os homens zumbiam como tantas abelhas aqui e ali a procura de flores onde pousar. Este modelo “uxorilocal”, para empregar uma expressão antropológica talvez um pouco

antiquada, parece-me ser o modelo do casamento Minhoto. Como resultado, a relação de parentesco mais importante e tensa acaba por ser entre sogro e genro. Tenho a ideia que se pudesse estabelecer a origem geográfica de uma amostragem aleatória de contos populares, o tipo que conta que um estrangeiro desconhecido vindo de fora é posto á prova por vários testes pelo pai da noiva, antes de consentir no casamento, teria mais incidência precisamente nas regiões com este modelo matrimonial.

Por outro lado, passado olhos rapidamente sobre alguns registos paroquiais do Alto Alentejo colhi a impressão dum modelo diferente. Lá o sistema parece mais variado, com maior tendência para os esposos virem da mesma freguesia, talvez porque lá as freguesias normalmente têm uma população ou pelo menos um território maior. Mas a elaboração dos vários modelos de casamento no Portugal antigo precisa de mais estudos parcelares.

Voltando agora á organização do Subsino, deve ser óbvio que todos os negócios quotidianos não podiam ser tratados pela freguesia na sua totalidade; por isso era necessário um poder executivo, composto de vários administradores. Estes administradores eram eleitos pela maioria dos membros do Subsino, os quais, sob pena de multa, tinham de assistir às eleições, na presença dos administradores cessantes, e muitas vezes, do padre. Em Alvarenga estes administradores eram seis: (1) o Juíz, (2) o Procurador; (3) o Mordomo; (4) o Escrivão e dois “Homens de Fala”. Se era impossível eleger novos administradores para servir, os cessantes permaneciam no lugar. Como disse anteriormente, nem todas as freguesias tinham seis administradores; isso

dependia do tamanho da população como também do costume local. Em Paderne, por exemplo, havia quatorze. Um estudo comparativo destes administradores em várias freguesias seria uma contribuição importante para os nossos conhecimentos.

Agora falemos um pouco dos vários administradores típicos:

1. O JUÍZ: com o seu símbolo, a crus da prata, era o responsável pelo funcionamento da confraria do Subsino e pela supervisão dos outros administradores. Tinha o dever especial de cuidar dos funerais, disciplinar os membros do Subsino, tanto como organizar os *clamores* que eram uma parte tão importante da vida comunitária. Era também responsável, com a ajuda dos Mordomos, pela manutenção da parte da igreja pertencente ao povo.

2. O MORDOMO: funcionava essencialmente como o assistente do Juiz no cumprimento dos seus deveres, com uma responsabilidade especial pela cobrança dos impostos e “fintas” do Subsino e pela manutenção da igreja. Em Alvarenga isso ia, diz o Costumeiro, até “... tirar as teias de aranha da igreja e a barella ao menos pelas festas.”

3. O PROCURADOR: tinha ao seu cuidado as propriedades da igreja e também tinha o direito de impor penas aos que faltavam aos seus deveres, o Juíz inclusive.

Estes eram os principais administradores em Alvarenga. Em Parada de Gatim havia igualmente seis oficiais, mas com títulos diferentes. Parada de Gatim era uma freguesia bipartida e tinha um Juiz, dois “Eleitos” (um para cada parte), dois Mordomos igualmente, e mais um Mordomo de Penitências. Paderne, por

outro lado, tinha catorze administradores: o Juíz, o Procurador, e doze Eleitos. Assim o número e a nomenclatura variavam de freguesia para freguesia.

Com respeito às confrarias parciais ou especializadas em contraste com a do Subsino, deixo o assunto para ser tratado por outros historiadores. Aqui só gostaria de observar o seguinte: as confrarias, além do Subsino, formavam uma parte integral da freguesia, mas só no sentido de serem subsecções dentro dela. Até agora o seu estudo estava nas mãos de historiadores amadores locais. Sempre com boa vontade, eles produzem as vezes monografias úteis. Mas é altura para entregar as confrarias aos historiadores profissionais para serem estudadas sistematicamente. A meu ver, há dois tipos de pesquisa para o conhecimento científico das confrarias que me parecem primordiais: (1) primeiro, a elaboração de um mapa da sua incidência em todas as regiões do país; (2) segundo, um estudo comparativo das suas estruturas e funções de região para região.

Antes de terminar, também queria dizer algo a respeito do contexto histórico desta documentação paróquial. A maior parte do que eu conheço --- os Costumeiros tanto como a que diz respeito à confraria do Subsino, --- pertencem ao século XVIII, e especialmente o período de 1715 até 1720. Dentro da diocese de Braga, a razão para isso é clara: o arcebispo Moura Telles ordenou a sua elaboração, e há indícios que outros eclesiásticos em outras dioceses fizeram o mesmo. No entanto, nem todos apareceram como resultado da carta pastoral de Moura Telles. E será preciso, uma vez coleccionados mais exemplos, fazer um mapa da distribuição geográfica do seu aparecimento com as respectivas datas.

Quanto á razão para a sua elaboração, posso só oferecer algumas hipóteses. É possível que a hierarquia eclesiástica tenha decidido em varias datas do século XVIII reforçar os seus direitos (ou os do pároco) na diocese, ou pelo menos estorvar uma crescente intervenção real nos assunto eclesiásticos, e para isso pôr por escrito costumes que até então só tinham estado vivos na memória colectiva; ou talvez, fosse que os fregueses vissem nos Costumeiros uma maneira de se protegerem contra a ganância do pároco. Em certos lugares este é bem evidente, como já mencionei. Afonso de Paço inclina-se para o primeiro ponto de vista e diz “O Costumeiro era odiado pelos paróquianos que aproveitavam todas as ocasiões propícias para o surripar ao seu pároco, fazendo-o desaparecer misteriosamente ou queimando-o em fogueira com grande gáudio...” embora não cite documento para apoiar o seu argumento. As vezes o pároco outorgou o Costumeiro unilateralmente. No da paróquia de Jarmelo (Guarda) de 1698, lê-se no fim : “... e porque já disse (é o pároco que escreve) algumas vezes que se ajuntassem para fazermos estes assentos dos costumes e não quiseram eu os fiz pelo que na verdade me constava e por muitas e verdadeiras informações que tomei sobre este particular e lhe dei também noticias delles, e publica foi as noticias, e não houve Repunamcia em Cousa alguma para que Conste me assinei assim hoie uinte de mayo de 698 anos.”

Agora revendo o que tenho dito, reconheço que o meu modelo só esboça o que deve ser um estudo extenso e profundo. Só posso esperar que sirva como estímulo para outros se debruçarem sobre as variações regionais de freguesia portuguesa. Acho muito importante que este tipo de investigação seja conduzido

no contexto intelectual da antropologia social, usando o corpo vasto da teoria que se pode aplicar retrospectivamente, por assim dizer, da mesma maneira que Louis Henry empregou a análise demográfica moderna para abrir o campo de demografia histórica.

Finalmente, é de uma urgência enorme que os documentos básicos --- até agora tão raros e preciosos --- sejam localizados, preservados e editados. O Senhor Doutor Farinha Franco entre outros já chamou atenção para este ponto, e eu só posso concordar plenamente. O que está em jogo é o nosso conhecimento actual e futuro da sociedade portuguesa antiga ao seu nível mais básico. Para uma nação cuja cultura, e talvez também as suas atitudes políticas, tem raízes tão fundas na vida da freguesia rural, não se pode dar ênfase demasiado à importância e necessidade deste auto-conhecimento.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Harold B. Johnson
University of Virginia (USA)